

ATIVIDADE AVALIATIVA PARCIAL 1ª N2 - VALOR: 2,0 (DOIS PONTOS) - DATA DE ENTREGA: 31/05/2019

Aluna(o):
Aluna(o):
Aluna(o):
Aluna(o):

GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.

**1 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor )** - O Estado W pretende alienar bem do seu patrimônio para obtenção de receita a ser aplicada em atividades de assistência social. Quanto à alienação dos bens públicos, devem concorrer autorização legislativa e:

- a) avaliação, e ser o bem de uso especial
- b) licitação, e ser o bem de uso comum
- c) publicidade, e ser o bem de uso comum
- d) licitação, e ser o bem dominical
- e) avaliação, e ser o bem de uso comum.

**2 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor )**- Após inúmeros conflitos envolvendo o movimento dos sem habitação urbana, o município W resolve pôr termo aos seus problemas fundiários, negociando a declaração de usucapião com autarquia federal proprietária de imóvel ocupado pelos cidadãos integrantes daquele movimento popular. Do ponto de vista jurídico, tal solução é:

- a) viável, vez que o instituto da usucapião permite a declaração de propriedade via judicial.
- b) Inviável, porque, no caso, se está diante de bens públicos que não são passíveis de aquisição por usucapião.
- c) viável porque, observando-se o interesse social e o direito constitucional à habitação digna, se realiza o primado fundamental da dignidade da pessoa.
- d) inviável porque haveria necessidade de autorização legislativa específica para permitir a usucapião de bens autárquicos
- e) viável, vez que os bens públicos também devem obedecer à premissa do uso adequado da propriedade, não podendo permanecer como dominicais sem utilidade.

**3 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor )**- O município Y pretende resolver problema criado pela falta de túmulos no cemitério local, de administração pública e situado em terreno da mesma natureza, ampliando a oferta de jazigos para acolher os munícipes nesse momento de perda. No que concerne à natureza, pode-se afirmar que os cemitérios públicos são bens de uso:

- a) comum
- b) especial
- c) dominical
- d) privado
- e) privativo

**4 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz Bens Públicos)-** A alienação de bens imóveis da Administração

- a) somente pode ser realizada em favor de outro órgão ou entidade da Administração Pública, em vista da indisponibilidade dos bens públicos.
- b) deve ser sempre realizada mediante licitação na modalidade concorrência, excetuados os casos de dispensa.
- c) depende de autorização legislativa, quando se tratar de bem de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- d) não depende de licitação, quando se tratar de venda a outra entidade da Administração Pública, desde que seja entidade de maior abrangência.
- e) depende de licitação, caso seja feita por meio de doação com encargo, exceto se houver interesse público devidamente justificado.

**5 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)-** Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado

por autoridade pública.

e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

**6 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária) -** Os bens públicos, sejam eles de uso comum, de uso especial ou dominicais, são imprescritíveis, não sendo, pois, suscetíveis de usucapião.

Correto ( ) Errado ( )

**7 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz) -** Analise as afirmativas a seguir.

*Os bens de uso comum do povo, desde que suscetíveis de valoração patrimonial e desafetados, podem ser alienados*  
**PORQUE** *tanto uma rua quanto uma praça, uma praia ou as margens de um rio navegável são suscetíveis de valoração patrimonial e de desafetação.*

Assinale a alternativa correta.

- a) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- b) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira
- c) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- d) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira

**8 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz) -** No que se refere à classificação e às formas de utilização dos bens públicos, ao tombamento e à servidão administrativa, assinale a opção correta.

- a) A servidão administrativa, direito real que autoriza o poder público a usar propriedade alheia para permitir a execução de obras e serviços de interesse público, gera, como regra, a obrigação de indenizar o proprietário.
- b) Uso especial é a forma de utilização de bens públicos por meio da qual o indivíduo se submete à incidência da obrigação de pagar pelo uso, podendo os bens de uso especial estar sujeitos a uso especial remunerado, possibilidade que não se estende aos bens de uso comum, em relação aos quais não se admite nenhuma forma de pagamento.
- c) O fechamento de rua para a realização de festa comunitária caracteriza autorização de uso, ato pelo qual a administração consente, a título precário, que particulares se utilizem de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seus próprios interesses.
- d) Assim como ocorre na autorização de uso, na permissão de uso, o interesse que predomina é o privado, ainda que haja interesse público como pano de fundo.
- e) O tombamento, forma de intervenção do Estado na propriedade privada, tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico, podendo atingir bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, mas não bens públicos.

**9 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça) -** Analise e julgue os enunciados abaixo:

*I – Dotados de personalidade jurídica própria, os órgãos públicos são unidades de atuação da Administração Pública, composto por pessoas e meios materiais para realização de determinadas atribuições.*

*II – Os cargos em comissão destinam-se tão somente às atribuições de assessoramento, chefia e direção, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, percentuais e condições mínimas previstos em lei.*

*III – Como regra geral, a Fazenda Pública, quando parte em juízo, dispõe de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer, salvo exceções previstas em leis específicas.*

*IV – Os bens públicos de uso especial não admitem utilização, ainda que parcial, de forma exclusiva por particulares.*

*V – Os recursos administrativos são um modo de controle interno da Administração Pública, todavia inexistente uniformidade em seus prazos de interposição, sendo estes estabelecidos por cada lei ou decreto regulador de determinada matéria.*

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**10 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça) -** Assinale a assertiva CORRETA:

a) O principal marco normativo em relação ao tema responsabilidade extracontratual do poder público foi a edição do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Desde então, o Brasil vem adotando a teoria da culpa administrativa, mas admite, excepcionalmente, em hipóteses como a de dano nuclear, a aplicação da teoria da irresponsabilidade estatal.

- b) A expressão “domínio eminente” do Estado refere-se à situação em que se verifica a sua imissão provisória na posse de um bem declarado de utilidade pública ou de interesse social.
- c) Os bens materiais móveis - embora não sejam objeto de registro - podem ser tombados.
- d) Segundo a doutrina administrativista, autorização de uso é o ato bilateral, vinculado e gratuito, por meio do qual a Administração Pública autoriza, a título definitivo, que o particular, comprovada sua hipossuficiência, utilize-se de bem público para fim exclusivo de sua moradia e de seus familiares.

**11 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)-** Nos termos da legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Bens reversíveis são aqueles que foram objeto de desapropriação pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e que anteriormente integravam o patrimônio de outro órgão ou entidade estatal ou paraestatal da administração direta, indireta ou fundacional.
- b) Encampação consiste na estatização da empresa concessionária, após expirado o prazo da concessão, mediante prévia declaração de utilidade ou interesse público, através de decreto específico do poder concedente.
- c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; ou, ainda, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- d) A tarifa do serviço público concedido será fixada pela proposta de menor preço apresentada no processo de licitação, sendo vedada sua diferenciação em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

**12 - (MPT - 2012 - MPT - Procurador )-** Marque a alternativa CORRETA:

- a) O domínio eminente é o poder geral do Estado quanto a tudo que esteja nas suas linhas territoriais, em virtude da sua soberania. Inclui: bens públicos, privados e não sujeitos ao regime normal da propriedade, como o espaço aéreo.
- b) O bem público afetado é o que está voltado para determinado fim público e a desafetação é o contrário, sendo que os bens de uso comum do povo jamais serão desafetados, por causa dessa tipologia que não pode ter sua finalidade alterada.
- c) Os bens de uso especial são os cemitérios públicos, repartições, museus, aeroportos, terras reservadas aos indígenas. Perdem essa configuração, caso estejam sendo alvo de utilização por particulares, sobretudo por delegação.
- d) Todas estão erradas.

**13 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador )-** Conhecido empresário do ramo imobiliário, ao estabelecer um grande empreendimento imobiliário ao lado do Parque Ambiental Chico Mendes, invadiu área de 5 hectares do referido parque. Sob a perspectiva dos bens públicos e do Direito Administrativo, sem excluir outras consequências jurídicas, é CORRETO afirmar que:

- a) a construção é inferior à vigésima parte do Parque Ambiental Chico Mendes e estando o empresário de boa fé, este adquire a posse e a propriedade do bem mediante indenização a ser fixada pelo Judiciário, independente de autorização legislativa.
- b) o direito à moradia e a função social da propriedade pública autorizam medida voltada à alienação da área ao construtor, mediante prévia autorização legislativa e indenização equivalente ao valor da área.
- c) embora não seja possível a alienação de uma área pública, após o esbulho, mediante prévia autorização legislativa, somente é admissível a instituição de uma parceria público-privada entre a construtora e o Poder Público.
- d) os bens afetados ao domínio público são inalienáveis e não estão sujeitos a usucapião, de tal sorte, sequer está configurado um bem passível de posse, verificando-se esbulho e impondo-se a adoção das medidas cabíveis para a reintegração e reconstituição da parcela invadida do Parque Ambiental Chico Mendes.

**14 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz) -** Acerca da classificação e da utilização de bens públicos, das limitações administrativas, do tombamento e da faixa de fronteira, assinale a opção correta.

- a) As limitações administrativas, como forma de restrição da propriedade privada, impõem ao Estado a obrigação de indenizar o proprietário pelo uso de imóvel particular.
- b) A autorização de uso é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público, mas que não pode ser concedida de modo privativo.
- c) O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a manifestação da vontade ou a eficácia do ato.
- d) São de domínio público e pertencentes à União as áreas localizadas na faixa de fronteira situada ao longo da linha

terrestre demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros, considerada fundamental para a defesa do território nacional.

e) Consideram-se bens públicos apenas os que constituem o patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, sendo eles objeto de direito pessoal ou real de cada uma das entidades federativas.

**15 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa - )** - Os bens e interesses públicos não pertencem à administração, nem a seus agentes, pois visam beneficiar a própria coletividade.

Correto ( ) Errado ( )

**16 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual )-** A alienação ou cessão de terras públicas, inclusive para fins de reforma agrária, submete-se à prévia aprovação do Congresso Nacional.

Correto ( ) Errado ( )

**17 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária )-** Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com a sua destinação, como bens

a) de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.

b) de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.

c) de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.

d) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.

e) dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.

**18 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Execução de Mandados )-** As principais características que compõem o regime jurídico dos bens públicos são:

a) a necessidade de lei autorizando a penhora e a prescrição aquisitiva desses bens, desde que sejam bens dominicais.

b) o seu uso privativo mediante autorização, permissão ou concessão, independente da sua destinação.

c) a obrigatoriedade de prévia licitação para uso privado mediante concessão e permissão, mas apenas para os bens de uso especial.

d) a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a não-onerosidade.

e) a possibilidade desses bens serem alienados mediante prévia licitação na modalidade concorrência, quando se tratar de bens de uso comum do povo.

**19 - (FUNCAB - 2012 -MPE-RO - Analista - Processual )** - Quanto aos bens Públicos, pode-se afirmar:

a) As estradas são classificadas como bens públicos dominicais.

b) São as escolas públicas bens públicos de uso comum.

c) São inalienáveis,mas podem ser penhorados.

d) Não podem ser objeto de prescrição aquisitiva.

e) Os bens dominicais encontram-se afetados ao interesse público

**20 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária )-** De acordo com a classificação dos bens públicos, é correto afirmar que o meio ambiente

a) é um bem de uso comum do povo por expressa disposição constitucional.

b) é um bem de uso especial por ter uma destinação específica.

c) é um bem dominical por não estar afetado a nenhuma finalidade específica.

d) não se enquadra em nenhuma classificação, uma vez que não é considerado um bem para o direito brasileiro.